

A MEMÓRIA DO FUTURO



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES – IARA BELELI

MARCO AURÉLIO CREMASCO – MARIA TEREZA DUARTE PAES

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

PIERRE DARDOT

A memória do futuro

(Chile 2019-2022)

Tradução
Clarissa Penna

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
BIBLIOTECÁRIA: MARIA LÚCIA NERY DUTRA DE CASTRO – CRB-8² / 1724

D246m Dardot, Pierre
A memória do futuro : Chile 2019-2022 / Pierre Dardot ; tradução:
Clarissa Penna. – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2023.

Título original: *La mémoire du futur*

1. Boric, Gabriel, 1986- 2. Chile – Política e governo. 3. Chile –
Condições sociais. 4. Poder constituinte – Chile. I. Penna, Clarissa.
II. Título.

CDD – 320.983
– 303.40983
– 328.83

ISBN 978-85-268-1624-4

Copyright © Pierre Dardot

Copyright © 2023 by Editora da Unicamp

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade do autor e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tél.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SÉRIE

DISCUTINDO O BRASIL E O MUNDO

Esta Série pretende alinhar, por meio de um conjunto de obras nacionais e traduzidas, discussões recentes em torno da crise da democracia no Brasil e os impactos da ascensão do fascismo no mundo, cujo centenário se rememorou em 2022. As obras versam sobre o avanço da direita autoritária, a crise do neoliberalismo e os rumos do capitalismo na era digital, o conflito na Ucrânia e o embaralhamento da política internacional.

Produtos de reflexões e pesquisas rigorosas e abrangentes, os títulos reunidos procuram, por meio de uma linguagem acessível, contribuir com a revitalização do debate em torno de temas de grande interesse contemporâneo e de alternativas que se colocam no âmbito das políticas públicas, sociais e educacionais.

Com a Série *Discutindo o Brasil e o Mundo*, a Editora da Unicamp reafirma seu compromisso com a dinamização da agenda científica, política e cultural do século XXI, cujos desafios passam pelo aumento da circulação do conhecimento e da informação qualificada, contribuindo, assim, com o debate sobre os rumos do Brasil e do mundo a partir da análise de situações políticas e socioculturais concretas.

AGRADECIMENTOS

A Pablo Antonio Pinto Muñoz, com quem discuti determinados capítulos e sem o qual eu jamais teria conseguido reunir os artigos, documentos e informações que me permitiram escrever este livro.

A Matilde Ciolli, cujo conhecimento sobre o feminismo chileno e argentino me foi inestimável.

A María Eugenia Rodríguez Palop e Luis Lloredo Alix, que me forneceram muitas informações sobre o novo constitucionalismo chileno.

A Esteban Radiszcz, Alejandro Bilbao, Juan Manuel Aragües e Guillaume Boccara, que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o meu trabalho de pesquisa.

A Anne, que participou ativamente deste trabalho.

SUMÁRIO

Lista de siglas e acrônimos.....	13
Introdução – Uma revolução contra o neoliberalismo	15
A responsabilização neoliberal do indivíduo	15
“¡No son 30 pesos, son 30 años!”	17
O isolamento do governo	19
A atitude dos partidos políticos.....	21
Uma revolução popular	22
1. Uma “transição” que não acaba	27
A Concertação e o “concertacionismo”	27
A formação da Concertação e o pacto com as Forças Armadas.....	32
A ideologia da “governabilidade”	33
“Democracia de consenso” <i>versus</i> “democracia majoritária”	36
A questão dos direitos humanos e da justiça	39
A continuidade da política neoliberal: a Lei de Pensões	43
A reforma universitária de 1981	45
A Lei de 2005, do Crédito con aval del Estado	46
2. Os movimentos sociais.....	53
A politização das lutas sociais diante do obstáculo neoliberal	53
O movimento mapuche e a questão do Estado chileno	56
A formação da identidade mapuche e a “pacificação da Araucanía”	57
O sistema de <i>reducciones</i>	59
A geopolítica de Pinochet e sua política de erradicação	61
O decreto-lei de 1979 e a liquidação de terras comunitárias	62
A política da Concertação: multiculturalismo e etnogovernamentalidade	65
O lugar do movimento mapuche na revolta de outubro.....	69

Do movimento das mulheres contra a ditadura à greve geral feminista	70
O movimento de mulheres durante a ditadura	71
A emergência de uma consciência de gênero	74
A eclosão da “greve geral feminista”	76
O feminismo contra a precarização da vida	79
O movimento estudantil por uma “educação pública, gratuita e de qualidade”	84
O início de um processo de politização (2001-2006)	85
A “Revolución de los Pingüinos” (2006)	86
Em que consiste a novidade do movimento de 2006?	88
O movimento universitário de 2011	89
Confronto com o governo	91
A noite insurreta de 4 de agosto e a greve nacional de 9 de agosto	93
A greve geral de 24 e 25 de agosto: a adesão dos trabalhadores	94
Uma admirável inventividade nos estilos de manifestação	96
A emergência de “novos empreendedores políticos” (2012-2017)	98
3. Uma Constituinte eleita contra o acordo dos partidos	107
Qual “órgão constituinte” para a nova Constituição?	108
O Acordo para a Paz Social e a Nova Constituição	110
O que é um poder constituinte?	113
A legitimidade do acordo posta em dúvida	116
A continuidade da mobilização, apesar do acordo e da pandemia	117
O rito institucional	120
4. A Constituinte como refundação em ato	127
Diversidade política e “plurirrepresentatividade”	128
Os presos políticos e a questão dos poderes da Constituinte	130
Uma campanha implacável de deslegitimação da Constituinte	132
Poder constituinte e soberania	134
O poder constituinte deve ser absoluto?	136
A participação direta dos cidadãos no processo constituinte	139
A aprendizagem da deliberação coletiva	142
A intervenção dos movimentos sociais dentro e fora da Constituinte	145
5. A proposta de nova Constituição	153
A unicidade do povo e a questão da plurinacionalidade	154
Os direitos como o único fundamento do Estado	157
Estado social <i>versus</i> Estado subsidiário	160
Uma proposta constitucional que ousa ser feminista	162

A conquista de um “constitucionalismo ecológico”	167
Uma Constituição com “duas almas”?	170
Presidencialismo ou democracia.....	173
A alternativa do constitucionalismo deliberativo	175
Conclusão – Imaginação política ou a memória do futuro	183
A grande heterogeneidade do <i>Rechazo</i>	183
Quarenta anos de experiência neoliberal	185
A responsabilidade do governo.....	186
Um novo processo constituinte dirigido pelo Congresso e por um comitê de especialistas?	187
A verdadeira democracia é deliberativa e conflituosa	190
Um “exercício de imaginação política”	192

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

- Aces – Asamblea Coordinadora de Estudiantes Secundarios (Assembleia de Coordenação dos Estudantes Secundaristas)
- AD – Apruebo Dignidad (Aprovo a Dignidade)
- AFP – Administradoras de fondos de pensiones de Chile (Administradoras de Fundos de Pensão do Chile)
- CAE – Crédito con Aval del Estado (Crédito com Aval do Estado)
- CF8M – Coordinadora Feminista 8 de Marzo (Coordenação Feminista 8 de Março)
- Ciper – Centro de Investigación Periodística (Centro de Investigação Jornalística)
- Conadi – Corporación Nacional de Desarrollo Indígena (Sociedade Nacional para o Desenvolvimento Indígena)
- Confech – Confederación de Estudiantes de Chile (Confederação dos Estudantes do Chile)
- CS – Convergencia Social (Convergência Social)
- CTT – Concejo de Todas las Tierras (Conselho de Todas as Terras)
- CUT – Central Única de Trabajadores de Chile (Central Única dos Trabalhadores)
- DC – Partido Demócrata Cristiano (Partido Democrata Cristão)
- Dina – Dirección de Inteligencia Nacional (Direção de Inteligência Nacional)
- FA – Frente Amplio (Frente Ampla)
- Fech – Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile (Federação de Estudantes da Universidade do Chile)

- Feses – Federación de Estudiantes Secundarios de Santiago (Federação dos Estudantes Secundaristas de Santiago)
- Gane – Gran Acuerdo Nacional de la Educación (Grande Acordo Nacional da Educação)
- IA – Izquierda Autonoma (Esquerda Autônoma)
- LdP – Lista del Pueblo (Lista do Povo)
- Loce – Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza (Lei Orgânica Constitucional de Educação)
- MIR – Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (Movimento da Esquerda Revolucionária)
- PSU – Prueba de Selección Universitaria (Teste de Seleção Universitária)
- RD – Revolución Democrática (Revolução Democrática)
- UDI – Unión Demócrata Independiente (União Democrata Independente)

INTRODUÇÃO

UMA REVOLUÇÃO CONTRA O NEOLIBERALISMO

Segunda-feira, 7 de outubro de 2019, cerca de 18 horas: entrevistado pela CNN Chile, o ministro da Economia, Juan Andrés Fontaine, anuncia que o preço do bilhete de metrô de Santiago aumentará 30 pesos, minimizando, ao mesmo tempo, o impacto da medida na vida cotidiana dos usuários do metrô. Na verdade, desde 6 de outubro, véspera do anúncio, a nova alta dos preços já estava em vigor no serviço do metrô nas horas de pico. Para bem dimensionar esse aumento, o terceiro do ano, é preciso levar em conta que dois bilhetes por dia custam 1.790 pesos, o que, na escala de um mês, equivale a 35.600 pesos, ou seja, cerca de 12% do salário mínimo.¹ É preciso levar em conta também que o aumento anunciado só se aplica aos horários de pico, quando muitíssimos trabalhadores pegam o metrô para ir trabalhar e voltar do trabalho. A tarifa de metrô é definida com base em três horários: *bajo*, *valle* e *punta*. Só estudantes e idosos pagam uma tarifa fixa (230 pesos, em outubro de 2019). O *bajo* corresponde ao intervalo entre 6h00 e 6h59 e entre 20h45 e 23h00; o *valle* se aplica de 9h00 a 17h59 e de 20h00 a 20h44; o *punta*, entre 7h00 e 8h59 e entre 18h00 e 19h59. O ministro previa o aumento do preço dos horários *valle* e *punta* e, proporcionalmente, a diminuição do preço do horário *bajo*.

A RESPONSABILIZAÇÃO NEOLIBERAL DO INDIVÍDUO

Essa modulação diferenciada das tarifas em função dos horários permite ao ministro argumentar que a medida não visa de forma alguma aos mais pobres. Por três vezes na mesma entrevista, o ministro martela a mesma ideia, formulada de maneiras diferentes: “Quem acorda cedo pode se beneficiar de

uma tarifa reduzida”, “Quem sai mais cedo e pega o metrô às 7h00 da manhã tem a possibilidade de pagar uma tarifa mais baixa”, “Um espaço foi aberto para ajudar a quem madruga a pagar uma tarifa inferior”. Para além de seu caráter provocador, essas respostas às questões de uma jornalista são perfeitamente reveladoras do espírito neoliberal que anima com grande frequência a política dos governantes do Chile há décadas. Com esses elementos de linguagem, diz-se tudo: é preciso incentivar financeiramente o trabalhador a acordar mais cedo.³ É uma cantilena ao pé do ouvido de cada um: “Se você acorda tarde demais, a responsabilidade é toda sua, o culpado é você”. Em outras palavras, trata-se de imputar a cada indivíduo a responsabilidade pela penalidade financeira que ele pode sofrer e de fazer crer que tudo depende, no fim das contas, da conduta que ele escolher adotar pessoalmente. Esse é um traço característico do neoliberalismo que vai muito além das fronteiras da experiência chilena, embora, desde o início, tenha encontrado nessa experiência uma expressão muito típica: o neoliberalismo não se reduz de forma alguma a uma doutrina acadêmica importada da Escola de Chicago, ou mesmo a uma política econômica inspirada nessa doutrina; ele é uma forma de vida singular, definida por uma exigência de se escolher a si mesmo em condições que estão além de qualquer escolha.

Em 7 de outubro, por volta das 14h00, os estudantes conduzem a primeira ação de recusa de pagamento, invadindo a estação da Universidade do Chile, fazendo dessa recusa, nas suas próprias palavras, “uma outra forma de lutar”. De 7 a 18 de outubro, manifestações pontuais de estudantes ocupam as estações de metrô, sem dar lugar ainda a uma ação coordenada em escala metropolitana. As coisas mudam em 18 de outubro. O que impressiona o observador nas primeiras horas desse dia não é a efervescência de um tumulto, mas sobretudo a qualidade do silêncio que impera nas ruas, um silêncio estranho e muito raro. Mas, por volta de 16h00, na hora da saída da escola, as primeiras aglomerações se improvisam na entrada das estações de metrô: os estudantes, então, convidam as pessoas a pular as catracas sem pagar, e as aglomerações crescem à medida que as pessoas que saem do trabalho veem o que se passa e decidem se juntar ao movimento. Há nisso uma espontaneidade que desafia todos os cálculos e todas as estimativas. A rua será por fim bloqueada por manifestações de massa que se repetirão a cada sexta-feira. É o início do alastramento da revolta para outras camadas sociais.

É claro que não faltam iniciativas estudantis desde as primeiras manifestações de oposição a Pinochet em 1984. Especialmente as ações de bloqueio das escolas são uma espécie de tradição, de modo que os estudantes estão acostumados a esse tipo de ação e de intervenção que carrega a marca de uma inventividade ligada a uma irrupção política que não é, em si mesma, nova. O secundarista descabelado (*chascón*) há muito tempo faz parte da iconografia das mobilizações sociais. Já houve no passado movimentos estudantis pela gratuidade do transporte, mas seria um erro estabelecer uma relação de causalidade direta entre esses movimentos e a emergência do 18 de outubro de 2019: certamente esses movimentos deixaram marcas duradouras, mas não é a ação subterrânea dessas marcas que explica que a revolta tenha sido desencadeada pelo preço da passagem do metrô. Não é o passado que ressurge constrangendo os atores a dele tirar as reservas de um sentido que faltaria cruelmente ao presente, mas, pelo contrário, é a irrupção do novo que, retrospectivamente, dá sentido ao passado, trazendo à luz a continuidade de uma política.

“¡NO SON 30 PESOS, SON 30 AÑOS!”³

Mais exatamente, o que emerge aí é a consciência ativa da estreita relação entre essa medida de um ministro do presidente Piñera e a continuidade da política praticada pelos governos que se sucederam no Chile ao longo de décadas. Um bom exemplo disso é a frase que ecoa em todos os setores sociais que participam do movimento e mesmo além dele: “¡No son 30 pesos, son 30 años!”. Os “30 anos” referem-se às três décadas que vão de 1989 a 2019, os anos da Concertação, o sistema multipartidário de governança política, que inclui o Partido Demócrata Cristiano (DC), o Partido Socialista (PS) e o Partido por la Democracia (PPD), criado depois da saída de Pinochet, com o fim de preservar o núcleo do sistema Pinochet de qualquer contestação, sob o pretexto de assegurar uma “transição democrática”. Nos dias seguintes ao anúncio do aumento, jornalistas da TV aberta coletam testemunhos de apoiadores do movimento e todos eles seguem a mesma toada: “Não aguentamos mais! Já faz 30 anos!”. Tal consciência exclui a dissociação escolástica entre causa ocasional (os 30 pesos) e causa profunda (a gestão da Concertação): é num *imediatismo*

brutal que os 30 pesos revelam o sistema implacável que se perpetua sem interrupção desde 1989.

O “Despertar de Outubro”, expressão popular que é bem mais que uma simples metáfora, pode ser entendido no sentido de fim de um longo pesadelo, não como uma súbita tomada de consciência do caráter neoliberal do sistema, adquirida muito tempo antes e amplamente compartilhada, mas como resposta havia muito adiada a uma promessa quebrada pela Concertação: no referendo de 1989, o *slogan* em forma de refrão pelo qual a Concertação convocava a dizer “não” a Pinochet era “*La alegría ya viene*” (“A alegria está chegando”). Ora, a *alegría* prometida nunca chegou, e o Despertar de Outubro é, antes e sobretudo, uma resposta a essa promessa feita pela Concertação durante 30 anos. O Despertar dos chilenos se consuma pela ação coletiva.

Ao contrário do que se diz muito frequentemente, não somente a espontaneidade não exclui, de nenhuma forma, a consciência política, como ela anda de mãos dadas com um certo planejamento. Não havia um plano político fomentado por um grupo ou uma organização, mas havia, sem dúvida, um planejamento das ações. Os alvos escolhidos nos primeiros dias do movimento revelam uma seleção totalmente deliberada. As instituições atacadas são, além das 164 estações de metrô de Santiago, os grandes centros comerciais, os supermercados e os bancos (uma sucursal do Banco do Chile foi a primeira visada), que vendiam, todas elas, sonhos de realização pessoal por meio do crédito. O alvo aí é nada menos que o coração do sistema neoliberal implantado pela ditadura, que transformou profundamente a vida de milhões de chilenos. Ainda aí, o que chama atenção é a que ponto esse sistema, longe de se restringir à “superestrutura” política, se tornou ao longo do tempo parte integrante da experiência cotidiana dos chilenos.

Nesse sentido, é possível falar não só de uma experiência chilena *do neoliberalismo*, mas também de uma *experiência neoliberal* vivida em massa pelos chilenos. Em outras palavras, no caso do Chile, o neoliberalismo não é apenas um objeto de experiência que pode ser mantido a distância para ser analisado de todos os ângulos; ele também penetrou nas camadas da experiência e moldou-a de forma persistente, gerando aquilo a que se poderia chamar cansaço existencial, aliado a um sentimento de frustração, alimentado por uma persistente precariedade. É isso o que explica que, mesmo a tarifa fixa protegendo-os do aumento do preço da passagem, os estudantes estejam na

vanguarda do movimento e recebam o apoio imediato e maciço da população. Na referência aos “30 anos”, é a *subjetividade da revolta* que encontra expressão. É como se os manifestantes dissessem: “Vocês nos enganaram durante 30 anos, nunca cumpriram suas promessas, e hoje estamos na rua para dizer chega!”.

Desse ponto de vista, o governo de Piñera limita-se a se acomodar a um sistema posto em prática por seus antecessores. De modo algum, entretanto, é poupado de responsabilidade. Pelo contrário, é apontado como responsável pela perpetuação desse sistema. A referência aos “30 anos” associa diretamente o sofrimento vivido no cotidiano à gestão política dos diferentes governos, inclusive o de Piñera. No dia 8 de outubro, num programa popular de grande audiência, Piñera afirmou:

No meio de uma América Latina em convulsão, o nosso país é um verdadeiro oásis. [...]. Temos uma democracia estável, o país está crescendo, estamos criando 176 mil empregos por ano, os salários estão aumentando. [...]. Quanto mais crises vejo, mais temos que apreciar o nosso país.

No mesmo dia, numa entrevista à CNN Chile, o ministro Felipe Larraín Bascuñán não hesitou em elogiar a estabilidade do índice de preços ao consumidor, convidando os “românticos” a aproveitar a queda do preço das flores, como se essa queda pudesse compensar o aumento do preço do bilhete de metrô. Para a maioria dos chilenos, toda essa ladainha é insuportável. É por isso que, desde o início, a reivindicação que dominou as palavras de ordem não foi o *impeachment*, mas a renúncia de Piñera. Há uma diferença abismal entre ambos: o *impeachment* colocaria o destino do presidente nas mãos do Congresso, enquanto a renúncia é uma exigência política incondicional, que prescinde dos procedimentos legais previstos na Constituição de 1980, aquela mesma que Pinochet impôs sob o regime ditatorial que se seguiu ao golpe de Estado de 1973.

O ISOLAMENTO DO GOVERNO

Desde o início, o governo procura criminalizar as ações dos estudantes secundaristas e universitários. Em 16 de outubro, a ministra dos Transportes, Gloria Hutt, ameaça publicamente os estudantes que participam dessas ações

de suspender os benefícios decorrentes de seus cartões nacionais de estudantes. Na noite de 16 para 17 de outubro, o diretor do metrô,⁴ Clemente Pérez, um perfeito representante da Concertação, já tinha manifestado sua arrogância e seu desprezo ao dirigir-se aos estudantes manifestantes nestes termos, numa entrevista em rede nacional: “O que vocês estão fazendo”, disse, “não funcionou”. Ou, mais vulgarmente: “*Cabros, esto no prendió*” (literalmente: “Gente, isso não pegou”, no sentido em que um fósforo “pega” fogo).⁵ Mas, como mostra a aceleração dos acontecimentos, o fósforo, ao contrário, pegou fogo muito rapidamente. A frase foi muitas vezes ridicularizada durante as manifestações.

Em 19 de outubro, Piñera decreta estado de emergência e nomeia um general de divisão como chefe da Defesa Nacional. Em 20 de outubro, à medida que se multiplicavam os confrontos entre os manifestantes e as forças de repressão, ele declara a nação em guerra contra “um inimigo poderoso e implacável que não respeita nada nem ninguém” e que está “disposto a usar a violência e a delinquência sem limites”. Convém determo-nos um pouco nessa construção discursiva do inimigo, que não é propriamente uma novidade na história do neoliberalismo, mas que assume aqui um significado particular. Desde sua formação nos anos 1930, o neoliberalismo qualificou seus inimigos – o socialismo, o Estado de bem-estar social e o sindicalismo – como inimigos “civilizacionais”.⁶ Há aí uma clara diferença em relação ao conceito de inimigo desenvolvido por Carl Schmitt em 1932, segundo o qual é uma decisão absolutamente primitiva, irreduzível a qualquer norma civilizacional, que constitui o inimigo enquanto tal, a ponto de o conceito de guerra subordinar-se ao de inimigo.⁷ Já para os doutrinários do neoliberalismo, trata-se de uma relação de antagonismo com a “civilização ocidental”, entendida na sua suposta permanência como tradição, conjunto de valores (incluindo a concorrência de mercado) e religião, por oposição ao igualitarismo.

Isso não impede que o neoliberalismo sinta necessidade de encarnar esse inimigo em diversas figuras, adaptadas a cada situação. Trata-se de uma *segunda* identificação que opera o que se poderia chamar de *instanciação* (ou exemplificação) da primeira identificação pela oposição à civilização (hoje, por exemplo, vemos a inimização de minorias de gênero e raciais). No caso do Chile do início dos anos 1970, a junta militar identificou o “marxismo” ou o “comunismo” como um inimigo mortal da nação que devia ser combatido sem piedade, não sem um interesse puramente político pelo conteúdo da